



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

A PRODUÇÃO TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO A PARTIR DA LDB 9.394/96¹

Bruna Nathaly Silveira² (PIBIC/UNIOESTE) – UNIOESTE, nathaly_bru@hotmail.com

Maria Isabel F.C. S. Batista³ (orientadora) – UNIOESTE , miformoso@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho apresenta as discussões dos resultados de uma pesquisa direcionada as produções teóricas sobre a inclusão na educação. No Brasil, a construção da inclusão educacional pode ser observada mediante os avanços da proposta no campo legislativo. É certo que após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9.394/96) as práticas inclusivas foram mais estimuladas, incidindo nas discussões, produções científicas e publicações sobre a temática. Para tanto, este trabalho objetivou realizar um estudo da produção teórico-bibliográfico sobre a educação inclusiva a partir LDB nº 9.394/96 para conhecer o desenvolvimento das discussões e debates acerca da educação especial e o desenvolvimento histórico da proposta de inclusão educacional. Os dados coletados foram submetidos à análise qualitativa e quantitativa. Assim como as produções científicas e as publicações demarcam esse processo histórico de constituição da proposta, também revelam o processo de amadurecimento teórico da educação inclusiva no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Educação Especial. Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

¹ Texto produzido a partir dos resultados da pesquisa teórico-bibliográfica, intitulada “Estudo Teórico-Bibliográfico sobre a Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96”, na modalidade de Iniciação Científica, com recursos do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PIBIC/Unioeste)

² Bolsista PIBIC/Unioeste (2010-2011); acadêmica do curso de Serviço Social da UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

³ Professora Adjunta da UNIOESTE/ *Campus* de Toledo; orientadora da mencionada pesquisa.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Nos últimos anos, a proposta da Educação Inclusiva tem sido objeto de inúmeras reflexões, em diferentes áreas do conhecimento. É fato que após a LDB nº 9.394/96 houve um maior incentivo às práticas inclusivas na educação e ênfase na investigação sobre a temática, com consequentes reflexos nas produções científicas e publicações sobre a proposta. A investigação dessas obras relativas à educação inclusiva se faz necessária na medida em que propõe um mapeamento do percurso das pesquisas, da construção teórica realizada no país sobre a inclusão educacional, das diferentes compreensões feitas sobre a inclusão, das possibilidades reais de efetivação da proposta.

Neste sentido, o presente texto discute os resultados de uma pesquisa sobre a temática da Educação Inclusiva. Essa pesquisa objetivou realizar um estudo da produção teórico-bibliográfica sobre a educação inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, a fim de conhecer e estudar a bibliografia referente à educação inclusiva produzida a partir da promulgação dessa lei. Para isso, buscou conhecer e estudar os textos teóricos publicados e produções científicas sobre educação inclusiva a partir da LDB 9.394/96; assim como tabular, mapear e organizar os dados coletados, para análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos pela pesquisa. Os resultados dessa pesquisa poderão fornecer importantes elementos à compreensão do processo educacional de inclusão que atualmente se desenvolve nas escolas. Além disso, a sistematização estatística dos dados obtidos se constituirá como fonte de pesquisa a outros estudos na área da educação inclusiva.

2 COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As diferentes formas como a sociedade lidou com a diferença, ao longo dos séculos, sempre despertou inquietações e foi alvo de inúmeras reflexões. A experiência de alteridade, que para Napp (2009) é provocada pelo encontro com o outro diferente, é camuflada pela sociedade por diversos artifícios. Dentre eles, a exclusão social se manifesta como mecanismo utilizado pela sociedade de mercado para mascarar as relações de desigualdade que a sustenta. Sawaia (2006) apresenta a exclusão com um “produto do funcionamento do sistema” (p. 4), que “envolve o homem por inteiro em suas relações com os outros” (p.).



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Sawaya (2006), ainda afirma que a exclusão não é algo recente. Como elemento estrutural da produção burguesa, contém em si sua própria negação, não pode existir sem seu contraponto, a inclusão. A exclusão se concretiza por uma inclusão precária. A sociedade exclui para posteriormente incluir, e esta é a condição de uma ordem social fundada na contradição entre capital e trabalho, na desigualdade. Trata-se de uma dialética exclusão/inclusão.

Para tanto, a exclusão se expressa nas relações cotidianas de diferentes maneiras, nas diferentes esferas da sociedade. Neste sentido, a educação perpassada por interesses fundados na contradição, manifesta essas relações perversas da dialética exclusão/inclusão. Para Mészáros (2008, p. 15), a educação, “em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema”, pela sua vinculação ao trabalho, a necessidade da produção material.

Sob esta contradição, práticas exclusivas sempre se fizeram presentes na educação, até mesmo em iniciativas que objetivam se contrapor a essas práticas.

Até o século XIX, os deficientes não tinham acesso ao sistema educacional. O acesso dos deficientes e dos alunos considerados difíceis à educação foi lentamente sendo construído, à medida que se ampliaram as oportunidades de acesso para a população em geral (COSTABILE; BRUNELLO, 2005).

A partir de 1960, diversos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, começaram a questionar essas práticas segregadoras na educação. Diferentes países responderam a essa necessidade com propostas legislativas que intervissem na realidade escolar (MENDES, 2006). Desse modo, o fomento da proposta da educação inclusiva acompanhou o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil e no mundo.

Como uma das expressões concretas do movimento histórico pela inclusão, em questionamento à segregação, emerge a integração escolar. No Brasil, a partir de 1950, já havia se dado à criação das primeiras escolas especiais, mas foi somente em meados de 1980, que os alunos com deficiência passaram a frequentar a educação regular por práticas integradoras. A integração escolar, fomentada inicialmente nos Estados Unidos da América, em meados de 1970, tem por base o princípio da normalização. Este princípio, oriundo dos países nórdicos, afirma que as pessoas com



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

deficiência tem o direito de participar de tudo o que é considerado normal em sua cultura (MENDES, 2006).

Mantoan (1993) expõe que este princípio, quando pensado e aplicado à realidade escolar pela integração, apresenta uma estrutura de cascata, com diferentes níveis de inserção parcial do aluno com deficiência na classe regular, de maneira que o aluno possa movimentar-se na classe regular para a classe especial. Estes vários níveis de inserção objetivavam prover o atendimento conforme a necessidade de cada aluno. A integração associada a movimentos de reforma na educação geral norte-americana, originam outras discussões: a proposta da Inclusão Total; e a da Iniciativa da Educação Regular, que influenciou a definição do termo *educação inclusiva* como uma nova proposta para a educação regular e especial, nos anos de 1990. Na mesma década, a proposta se difundiu pelo mundo (MENDES, 2006).

Em vista disso, em 1994, realizou-se a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais*, em Salamanca, na Espanha, organizada pela UNESCO, com o auxílio do Ministério da Educação e Ciência da Espanha. O documento elaborado a partir da conferência, a *Declaração de Salamanca*, ao dispor sobre vários aspectos relativos aos direitos das pessoas com necessidades especiais, incluindo a educação, configurou-se como um marco na luta pela inclusão na educação (ANGELUCCI, 2002).

A emergência da inclusão na educação brasileira pode ser sintetizada a partir de seu desenvolvimento e seu avanço no campo legislativo. Documentos como: a Política Nacional da Educação Especial, de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9.394/96), o Plano Nacional de Educação, em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, também em 2001, o Programa Educação Inclusiva em 2003, e a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, registram o percurso traçado pela proposta da educação inclusiva na realidade brasileira (LAPLANE, 2006). É a partir deste desenvolvimento no campo legislativo que a educação inclusiva na realidade brasileira pode ser compreendida.

3 MATERIAIS E MÉTODO



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Para conhecer e estudar a bibliografia referente à educação inclusiva produzida a partir da LDB 9.394/96, realizou-se um levantamento bibliográfico, contemplando dois tipos de fonte de discussão da temática em questão, a saber: as publicações sobre educação inclusiva (livros e artigos científicos) e produções científicas não publicadas sobre o tema (monografias, dissertações e teses) a partir da LDB 9.394/96. Para o cumprimento desta etapa selecionou-se quatorze universidades, que contemplam as áreas passíveis de produção a respeito da educação inclusiva (USFC, UNICAMP, UFPR, UFSCar, PUCSP, UFMG, UEL, UFRS, USP, UNESP(Faculdade de Ciências e Letras/ Campus Araraquara), UEM, UNIOESTE, UFSM⁴, PUCMinas). Nestas, o levantamento bibliográfico se realizou em dois campos: a “Biblioteca Digital” – para pesquisa das produções científicas – e “Consulta ao Acervo” – para pesquisa das publicações, a partir de cinco palavras-chave: educação especial, educação inclusiva, inclusão, inclusão educacional e necessidades educacionais especiais.

Os dados obtidos por meio do levantamento bibliográfico foram submetidos à análise quantitativa e qualitativa. Na análise quantitativa, esses dados foram organizados, tabulados e mapeados por meio de tratamento estatístico (aplicação de estatísticas descritivas), utilizando-se para tal o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) – versão 17.0. Neste, todos os dados foram dispostos conforme diferentes variáveis de análise. Para as publicações, usou-se: nome do autor, tipo de produção, universidade em que a obra foi encontrada, ano de publicação, palavra principal, editora ou revista que publicou a obra e título da obra. Para as produções científicas: nome do autor, título da produção, tipo de produção, universidade em que a obra foi encontrada, ano de produção e palavra principal. Para a análise qualitativa, foram estudados os textos teóricos sobre o assunto, a fim de se apreender o movimento histórico da educação, principalmente no que diz respeito à educação especial, que resultou no debate atual sobre a inclusão e na construção de uma proposta sobre educação inclusiva.

4 O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA PRODUÇÃO TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICA SOBRE A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DA LDB 9.394/96

Sobre os resultados da pesquisa apresentados a seguir, algumas considerações se fazem importantes para a compreensão dos mesmos: os dados

⁴ Os resultados da pesquisa realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) não foram contabilizados em função de dificuldades no acesso as publicações e produções científicas da universidade.

VI EPCT

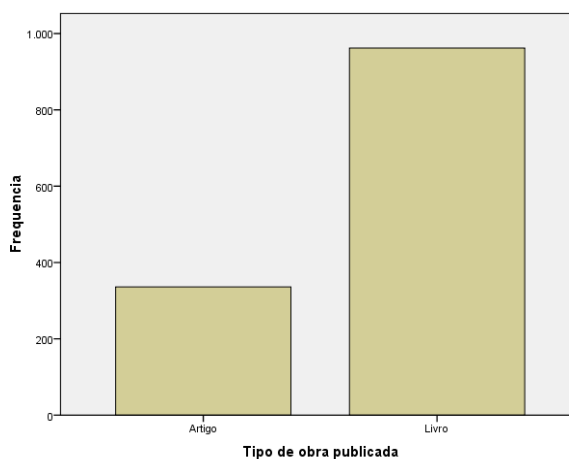
Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

foram coletados em ambiente virtual, e estavam dispostos para consulta em diferentes sistemas de organização de materiais utilizados pelas bibliotecas das universidades, portanto o acesso a esses dados foi limitado pelo modelo de sistema de organização de materiais de cada universidade; os dados apresentados não fazem diferenciação quanto à repetição das publicações ou produções científicas nas diversas variáveis de análise adotadas nesta pesquisa, assim os dados foram registrados conforme sua apresentação no sistema das bibliotecas, mesmo que se repetissem em diferentes variáveis.

Em relação ao levantamento bibliográfico das publicações, entre livros e artigos publicados, obteve-se um total de 1298 obras, sendo 336 artigos e 962 livros. Dentre as cinco palavras principais selecionadas e utilizadas para esta pesquisa, “educação especial” se expressou na maioria das obras, representada em 505 obras (livros e artigos). Esses dados podem ser observados nos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Tipo de obra publicada



Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.

Gráfico 2: Palavra principal da obra publicada

VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011



Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96**. PIBIC/Unioeste 2010-2011.

De fato, o processo histórico que resultou na atual proposta de educação inclusiva acompanhou o desenvolvimento da educação especial. Desde o século XVI, iniciativas isoladas de médicos e pedagogos já se manifestavam pela educação daqueles considerados pela sociedade como “ineducáveis” (MENDES, 2006, p. 387). Entretanto, apesar dessas iniciativas, o destino social dado a essas pessoas foi o cuidado institucional, em asilos ou manicômios, de modo a proteger a sociedade dos chamados anormais. No Brasil, o início deste processo de institucionalização aconteceu em consonância com o desenvolvimento da filosofia da normalização num contexto da educação mundial, filosofia esta, base do movimento de integração na educação. Portanto, o país caminhou conforme este princípio normalizador da integração escolar até que o conceito de inclusão surgisse como parte do discurso escolar, a partir de 1990 (MENDES, 2006).

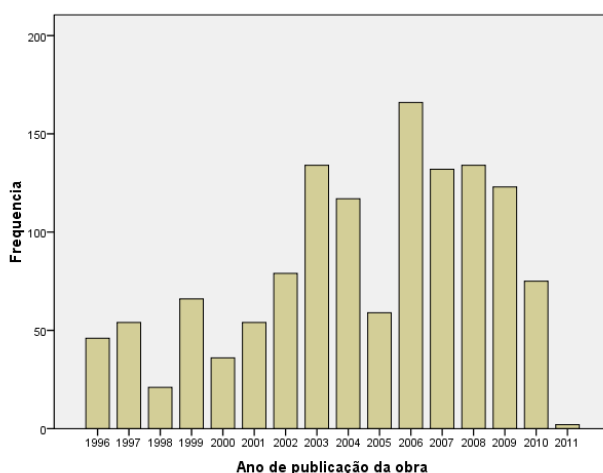
Sobre os resultados da variável ano de publicação, registrou-se no ano de 2003, um aumento nas publicações, que passaram de uma média de 50 produções anuais entre 1996 e 2002, para 134 publicações no ano seguinte, conforme ilustrado abaixo:

Gráfico 3: Ano de publicação da obra

VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011



Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.

Esses resultados podem ter uma relação direta com a implementação do programa *Educação Inclusiva: direito à diversidade*, ocorrido em 2003, no Brasil, afirmando a necessidade de modificações no sistema educacional, com ênfase na formação de gestores e professores que garantissem o acesso e a qualidade do ensino para todos os alunos. Após essa data, houve um significativo desenvolvimento da proposta no campo legislativo. Em 2006, observou-se um novo crescimento no número de publicações, com 166 obras, conforme observado no gráfico 3. Neste ano, foi aprovado pela ONU (Organizações das Nações Unidas) a *Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência*, estabelecendo o dever dos países participantes de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis educacionais (BRASIL, 2010). No ano anterior, 2005, elaborou-se no país o *Documento Subsidiário à Política de Inclusão*, demarcando a apropriação da proposta da inclusão na educação, como um importante afirmativo dessa proposta no campo legislativo.

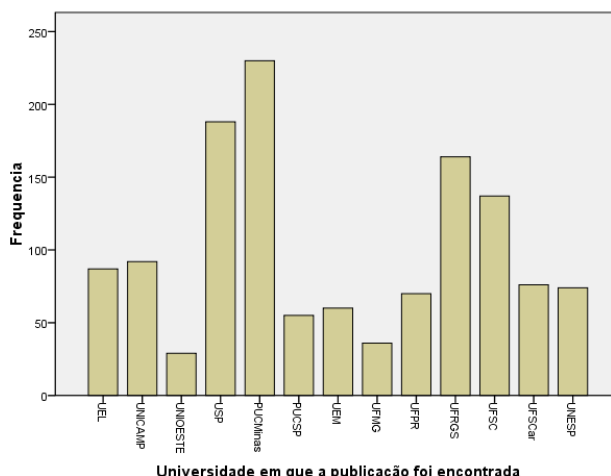
A universidade em que um número maior de obras nessa área foi encontrado foi a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas), na qual encontrou-se 230 obras, seguida pela Universidade de São Paulo (USP), com 188 obras e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 164 obras, sendo estas as universidades que manifestaram números mais expressivos de obras em seu acervo. Esses dados podem ser visualizados no gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4: Universidade em que a publicação foi encontrada

VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

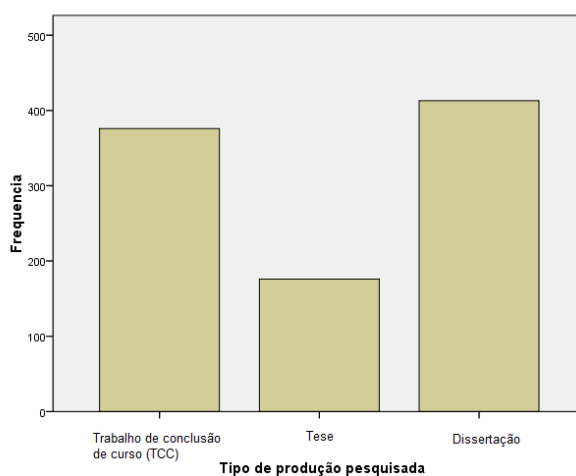
24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011



Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.

Dentre as editoras, a *Editora Mediação* expressou um número maior de publicações, com 123 obras, e a *Revista Brasileira de Educação Especial*, destacou-se dentre as revistas científicas, com 22 publicações. Na pesquisa realizada sobre as produções científicas (dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso – TCC), obteve-se um total de 965 obras, sendo 378 TCC's, 175 teses e 413 dissertações, de acordo com o gráfico 5:

Gráfico 5: Tipo de produção pesquisada



Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.

A palavra principal de pesquisa em que mais se encontrou produções científicas foi “inclusão”, expressa em 350 delas, como mostra o gráfico abaixo; ao



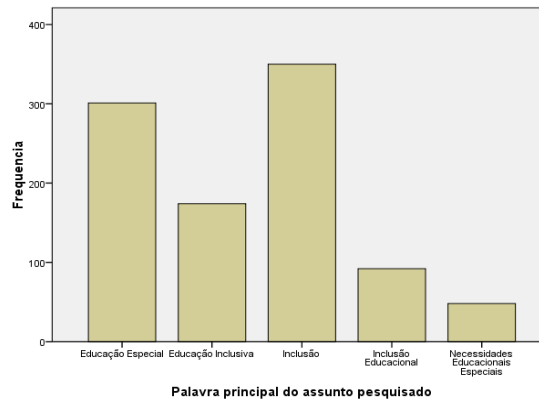
VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

passo que, nas publicações, a palavra-chave mais recorrente nas obras foi “educação especial”, já ilustrada no gráfico 2.

Gráfico 6: Palavra principal das publicações científicas

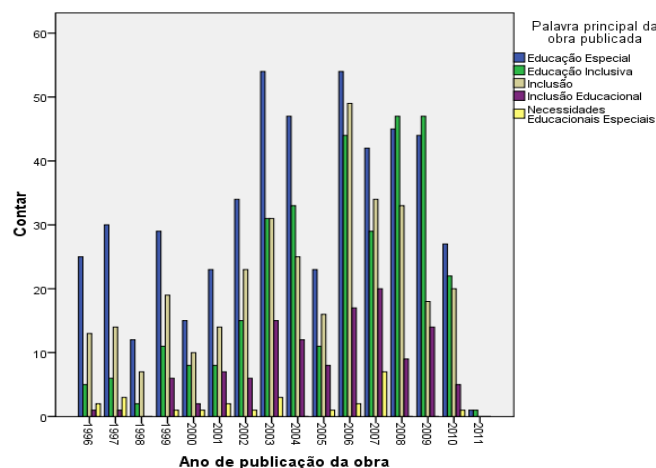


Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.

Estabelecendo-se uma relação entre as duas palavras de maior expressão nas publicações (“educação especial”) e nas produções científicas (“inclusão”), observa-se que, de certo, as discussões sobre a inclusão advêm do desenvolvimento da educação especial.

A maior expressividade da palavra principal “educação especial” nas publicações se deu nos anos de 2003 e 2006, conforme exemplificado a seguir no gráfico 7. Nestes anos alguns eventos ocorreram iniciando discussões importantes para a educação inclusiva.

Gráfico 7: Palavra principal da obra publicada X Ano de publicação.



VI EPCT

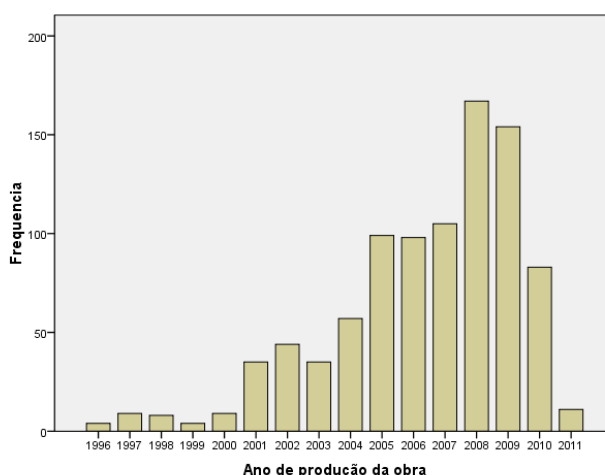
Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.

Considerando o ano em que a palavra principal *inclusão* teve maior expressão nas produções científicas, 2008, apresentando-se em 55 produções somente neste ano, percebe-se que é correspondente ao ano de implementação da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. O ano de 2008 também foi o ano que registrou maior número de produções científicas, com 167 obras, o que pode ser apreendido pelo gráfico 8, abaixo:

Gráfico 8: Ano de produção da obra



Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.

O documento implementado nesse ano (a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, supramencionado) aponta a educação inclusiva como um “[...] paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis [...]” (BRASIL, 2010, p. 10), demarcando um grande avanço histórico nas propostas de enfrentamento da exclusão na escola. O documento propõe orientações aos sistemas educacionais para garantir: o acesso à escola e ao aprendizado, atendimento educacional especializado, acessibilidade universal, continuação de estudo nos demais níveis educacionais e formação continuada dos professores de modo a capacitá-los para o atendimento especializado, entre outros aspectos (ANÇÃO, 2008).

VI EPCT

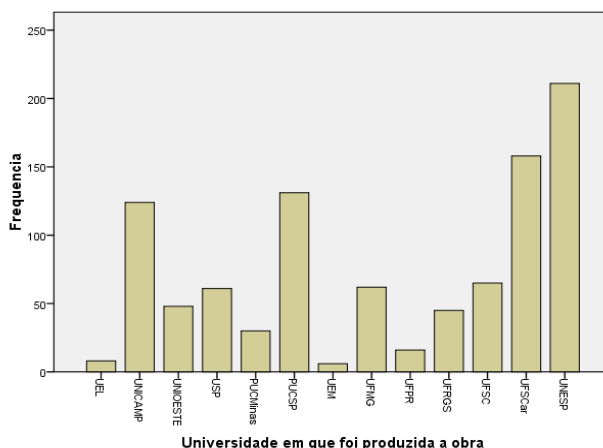
Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Observou-se, de acordo com os dados apresentados no gráfico 7, um progressivo aumento das produções desde 2001, entretanto, com maior expressividade em 2005. Esse crescimento das produções a partir de 2001 releva-se considerando que esse ano foi marcado pela aprovação de documentos importantes para a construção da educação inclusiva no país. Dentre eles, o *Plano Nacional da Educação*, que ampliou os programas educacionais, no sentido de vincular o atendimento educacional a outros serviços, como a saúde, embora não enfatizasse a necessidade do atendimento educacional especial a ser realizado preferencialmente na classe comum; e, as *Diretrizes para a Educação Especial*, que pela primeira vez trazem o conceito de inclusão para o campo da educação brasileira (ANGELUCCI, 2002). Fundamentada nos princípios propostos pela Declaração de Salamanca, as diretrizes destacam a necessidade de uma revisão nos pressupostos orientadores da educação (LAPLANE, 2006). A maior expressividade desse crescimento nas produções, registrada em 2005, alude, como já mencionado, à elaboração do *Documento Subsidiário à Política de Inclusão*, fundamental para avanço da proposta.

Das 14 universidades pesquisadas, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), manifestou o maior número de produções científicas, com 211 produções entre o período pesquisado, sendo estes, 146 trabalhos de conclusão de curso, 14 teses e 51 dissertações. O gráfico a seguir, ilustra esses dados.

Gráfico 9: Universidade em que a obra foi produzida



Fonte: Silveira, B. N.; Batista, M.I.F.C.S. **Estudo teórico-bibliográfico sobre A Educação Inclusiva a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96.** PIBIC/Unioeste 2010-2011.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

Os anos de maior produção iniciaram em 2003. Este ano, de aumento nas produções nesta universidade, coincide com o ano de implementação do *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*, que enfatizou as modificações no sistema escolar necessárias à inclusão educacional. O programa de pós-graduação em educação (colocando-se a educação como a área de produção do conhecimento da qual se deriva a educação inclusiva, apesar de diversas áreas debaterem a temática) da UNESP iniciou suas atividades em 1997⁵, um ano depois a LDB 9.394/96; desse modo, a produção científica aí desenvolvida, provavelmente, foi mediada pelas novas diretrizes e concepções inclusivas presentes nessa lei, assim como, no campo escolar novos processos foram desencadeados a partir dessas diretrizes e concepções, tornando-se objetos de estudo dos pesquisadores, afetando a produção científica da época.

Apesar da limitação dada pela situação dos diferentes espaços eletrônicos onde a coleta dos dados foi realizada, os resultados aqui apresentados exemplificam o processo sócio histórico de construção, desenvolvimento e avanço da educação inclusiva no país, além de oferecer importantes indicativos do amadurecimento teórico da temática, oriundo da realização de pesquisas científicas nos diversos programas de pós-graduação que tratam da Educação Inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da educação inclusiva se configura como uma nova concepção de educação. A construção da concepção de inclusão na educação certamente apresenta-se em sua constituição histórico-social como processo advindo do desenvolvimento da educação especial, inicialmente num contexto mundial, que repercute sobre a realidade brasileira. Os resultados analisados expõem o desenvolvimento dessa proposta no Brasil, já que com as produções teóricas sobre a temática vão demarcando alguns avanços no campo legislativo.

A relação analisada entre produção teórica e legislações brasileiras sobre a educação inclusiva, pode fundar-se como uma relação dialética, de influência mútua. A

⁵ Dado histórico correspondente a Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus Araraquara.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

cada passo conquistado pela proposta da educação inclusiva como uma garantia de direito, observou-se a incidência dos reflexos dessas medidas sobre as produções teóricas, assim como, o desenvolvimento teórico a partir das pesquisas realizadas sobre a inclusão educacional pode ter subsidiado a elaboração de documentos, que se mostram, cada vez mais fundamentados, mais aprofundados e comprometidos, ao menos em seu texto teórico, com o rompimento de paradigmas, de concepções e de práticas que sustentam a exclusão na educação.

Embora os dados analisados apresentem algumas limitações quanto ao acesso aos mesmos, colocam-se como uma importante fonte de dados a respeito do movimento histórico da educação inclusiva, na medida em que mapeiam a produção teórica sobre a temática, pensadas em relação ao desenvolvimento da inclusão educacional no Brasil. Assim como as produções científicas e publicações sobre a educação inclusiva apresentam esse processo histórico de sua própria constituição, também revelam o investimento em direção a um amadurecimento no campo teórico desta proposta. Investigar esse movimento a fim de percebê-lo e compreendê-lo coloca-se como uma necessidade no processo de construção do conhecimento sobre a educação inclusiva, considerando que o mapeamento e sistematização das produções, que marcam este caminho de construção do conhecimento sobre a temática, também possibilitam conhecer o teor das produções já construídas e abrir as lacunas para avançar em novas construções.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Uma inclusão nada especial: apropriação da política de educação inclusiva para pessoas com necessidades especiais na rede pública da educação fundamental do Estado de São Paulo.** São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Dissertação), Universidade de São Paulo, 2002.

ANÇÃO, Carla Di Benedetto. **Educação Inclusiva: análise de textos e contextos.** Londrina: Programa de Pós Graduação em Educação (Dissertação) – Universidade Estadual de Londrina, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Marcos políticos-legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.



VI EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica

24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

COSTABILE, Camilla; BRUNELLO, Maria Inês Britto. **Repercussões da inclusão escolar sobre o cotidiano de crianças com deficiência: um estudo a partir do relato das famílias.** Rer. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 124-130, set./dez., 2005.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado de Arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 79, agost., 2002.

LAPLANE, Adriana. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 689-715, out. 2006

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos.** Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Departamento de Metodologia de Ensino, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade - LEPED/UNICAMP: Agosto de 1993.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

NAPP, Rafaela Zambra. **O outro e seu encontro: relações (im) possíveis entre diferença, alteridade e escola.** Porto Alegre: Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SAWAIA, Bader. (2006) Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: Sawaia, B. (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 6.a. Petrópolis, ed. Vozes.pp.7-13.